

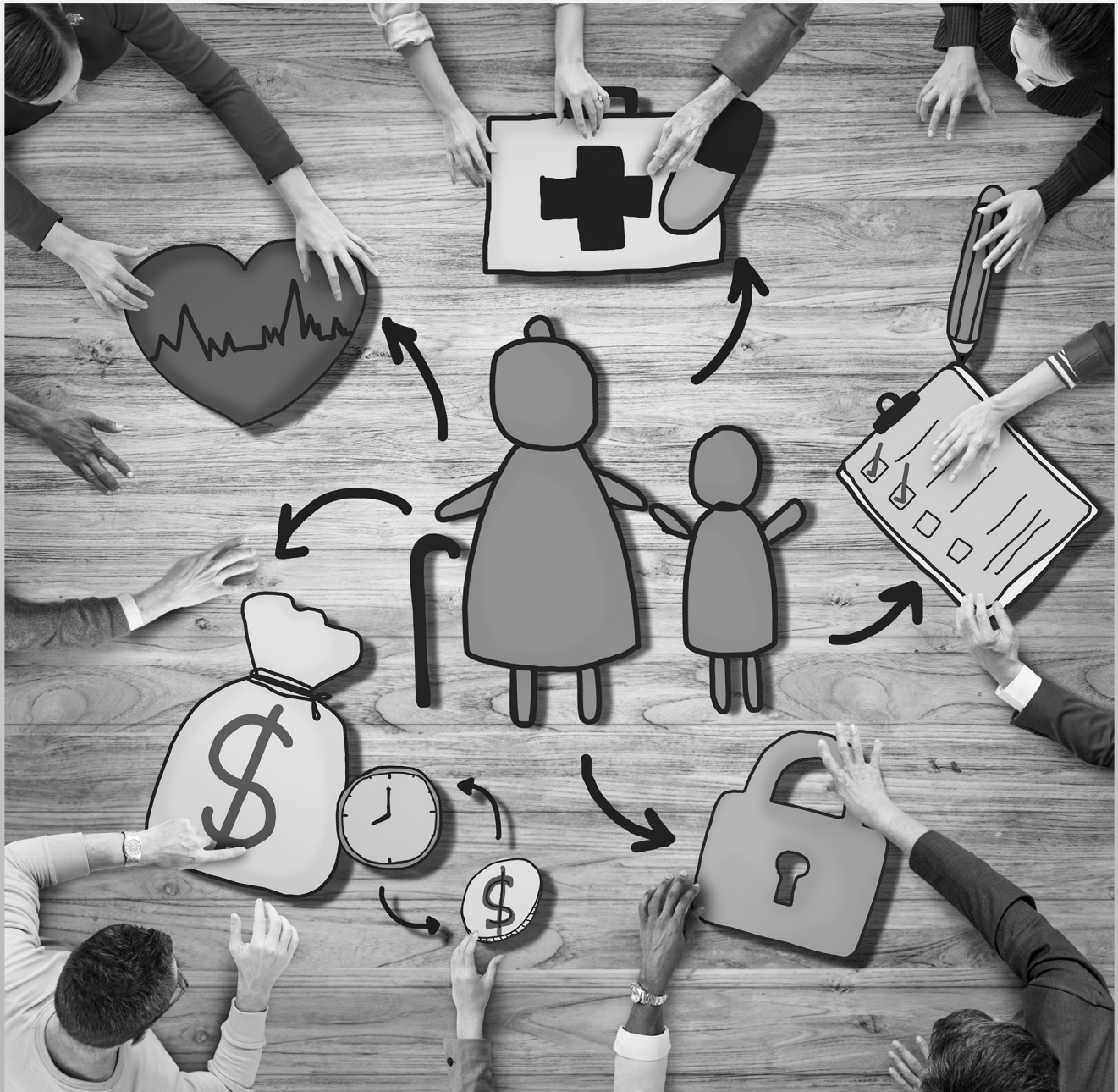


Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

5

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 5 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-230-2

DOI 10.22533/at.ed.302202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA: ELEMENTOS E GÊNESE DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA NA EUROPA	
Taiane Macêdo Silva Adriana Freire Pereira Ferriz Emanuel Luiz Pereira da Silva Vanessa Carla Borges de Lima Thaúanna Gomes Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3022029071	
CAPÍTULO 2	7
SANEAMENTO BÁSICO: FATORES HISTÓRICOS E DESIGUALDADES PERSISTENTES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Andressa Caroline de Lima Giovana Galvan Marli Renate von Borstel Roesler	
DOI 10.22533/at.ed.3022029072	
CAPÍTULO 3	19
A SOBREVIVÊNCIA NO URBANO: OS ARTESÃOS NA FEIRINHA DA PRAIA GRANDE DE SÃO LUÍS	
Rayssa Cordeiro Silva Carvalho Rocha Alanna Larissa Aragão Teles Giovanna de Abreu Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.3022029073	
CAPÍTULO 4	28
O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O CASO DO <i>JORNAL DA PERIFERIA</i>	
Rozinaldo Antonio Miani	
DOI 10.22533/at.ed.3022029074	
CAPÍTULO 5	39
JARDIM GRAMACHO: TERRITÓRIO EXTRAORDINÁRIO DO LIXO E DA INJUSTIÇA AMBIENTAL	
Valéria Pereira Bastos Mariana Andrade Lobo Silva Raphaella Ximenes Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.3022029075	
CAPÍTULO 6	52
REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DO CORPO NEGRO REFUGIADO NO BRASIL	
Mayara Castro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3022029076	
CAPÍTULO 7	61
CONTROLE SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO PAPEL DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	
Renata Antônia de Souza Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.3022029077	

CAPÍTULO 8	72
BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO HISTÓRICA ACERCA DAS POLÍTICAS SOCIAIS, E DA QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO FERNANDO-RN	
Francisco das Chagas dos Santos Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3022029078	
CAPÍTULO 9	84
CONCEITO DE REFÚGIO E AMPARO LEGAL: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES	
Carla Juliana Biesdorf	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.3022029079	
CAPÍTULO 10	95
A INSERÇÃO DOS REFUGIADOS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UM DEBATE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE INGRESSO	
Carla Juliana Biesdorf	
Fabio Jardel Gaviragui	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.30220290710	
CAPÍTULO 11	107
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM DEBATE	
Giuliana Barbosa da Rocha	
Maria de Lourdes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.30220290711	
CAPÍTULO 12	120
POPULAÇÃO NEGRA E RACISMO NO BRASIL: DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E SUBALTERNIZAÇÃO	
Kíssia Wendy Silva de Sousa	
Luciana Batista de Oliveira Cantalice	
DOI 10.22533/at.ed.30220290712	
CAPÍTULO 13	128
OS REFLEXOS DO PERÍODO COLONIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A QUESTÃO DA SEXUALIZAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Jocy Helena da Costa Pantoja	
Mayara Alves Azevedo	
Luiza Silva Favacho	
Marcela Martins Maia	
DOI 10.22533/at.ed.30220290713	
CAPÍTULO 14	136
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 – MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC) NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONTROLE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR	
Bruna Eloise Souza Vettor	
Juliana Moura dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290714	

CAPÍTULO 15	148
SEGURIDADE SOCIAL E DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO: A REFORMA ESTRUTURAL E SEUS REFLEXOS NO TRABALHO	
João Paulo Zanin Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.30220290715	
CAPÍTULO 16	158
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS	
Haidée de Caez Pedroso Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.30220290716	
CAPÍTULO 17	170
A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA TRABALHO NO DEBATE COM USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Vera Suzart Barbosa	
Francilene Gomes Fernandes	
Priscila Beralda Moreira de Oliveira	
Calvin Batista Campos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290717	
CAPÍTULO 18	178
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO DE MISERABILIDADE NA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Juliana Castro Torres	
Paula Martins da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.30220290718	
CAPÍTULO 19	190
O ACESSO E A ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFRN	
Lenita Maria dos Santos Fernandes	
Cintia Paixão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.30220290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	200
ÍNDICE REMISSIVO	201

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM DEBATE

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 01/04/2020

Giuliana Barbosa da Rocha

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa - PB

<http://lattes.cnpq.br/3717403473149568>

Maria de Lourdes Soares

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa – PB

<http://lattes.cnpq.br/6173596922742991>

RESUMO: Este artigo tem como objetivos:

1) analisar as produções sobre população em situação de rua nos anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP); 2) identificar as principais denominações, conceitos e caracterização desse segmento populacional; e 3) verificar quais temáticas estavam presentes nas produções e a maior incidência no que se refere a essa população. Em termos metodológicos, tipifica-se a pesquisa bibliográfica, como procedimento, se optou pela análise dos anais da JOINPP estabelecendo um recorte investigativo temporal entre os anos de 2013 e 2017. E a partir desse procedimento de coleta de dados, foi realizada

a apreciação através do que se denomina Estado da Arte, recorrendo a metodologias de natureza qualitativa e quantitativa. Destarte, os principais achados investigativos foram o Serviço Social como a área de conhecimento, nos anais produzidos nas 6^a, 7^a e 8^a JOINPP que compreende respectivamente os períodos de 2013, 2015 e 2017, que indicam que a produção sobre a população em situação de rua são principalmente publicações de assistentes sociais que perpassam o campo da política de assistência social.

PALAVRAS-CHAVE: População em Situação de Rua. Serviço Social. Questão Social

THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE: POPULATION IN STREET SITUATION IN DEBATE

ABSTRACT: This article aims to analyze the productions about homeless people, to identify the main denominations, concepts and characterization of homeless people; to verify which themes were present in the productions and the highest incidence regarding to this population segment. In methodological terms, bibliographic research is typified, and as procedure, the analysis of the annals of the International Public Policy Journey was chosen,

establishing a temporal investigative cut between the years 2013 and 2017. From this data collection procedure, an evaluation was made through what is called the State of the Art, using qualitative and quantitative methodologies. Therefore, the main investigative findings were social service as the area of knowledge, in the annals produced on the 6th, 7th and 8th JOINPP (International Public Policy Journey), which comprises the periods of 2013, 2015 and 2017, respectively, which indicated that the production on the homeless population they are mainly publications by social workers that pass over the social assistance policy field

KEYWORDS: Homeless Population, Social Work, Social Issues

1 | INTRODUÇÃO

Apesar de vigorar uma corrente majoritária entre os pesquisadores nacionais e internacionais sobre o surgimento do fenômeno que denominamos população em situação de rua, como um segmento que se refere à sociedade capitalista com suas revoluções industriais, as quais geraram as mudanças sociais oriundas desse novo modelo econômico de produção. Embora o surgimento da sociedade capitalista esteja intrinsecamente ligado à dispersão do fenômeno da população em situação de rua de forma ampla, a existência de pessoas em situação de rua não é restrita a esse fenômeno.

Segundo Stoffels (1977), o aparecimento de pessoas em situação de rua tem raízes históricas na Grécia Antiga, na qual ocorrem relatos da existência de pessoas itinerantes, que habitavam o espaço das ruas. De forma conexa ao espaço urbano, embora não se pudesse considerá-las como parte de um segmento social mais amplo.

Considerando que na Idade Média tínhamos a predominância do modelo feudal e da imponente Igreja Católica com “[...] a compreensão de todos os aspetos da vida humana”. Sendo assim, Deus era o centro de tudo e as condições de vida dos indivíduos era vontade divina. Nesse contexto, os sujeitos em situação de rua surgiram por vontade divina, sendo assim, a desigualdade e pobreza era algo necessário para redimir os pecados e/ou praticar a caridade (STOFFELS, 1977).

Neste período as causas que levavam as pessoas a situação de rua eram a escassez de recursos, os desastres naturais, as doenças, deficiências e adversidades como situação de viúvas e órfãos.

Com o surgimento da sociedade pré-capitalista e a concentração de renda, com a organização do Estado e o surgimento das cidades, a miséria passa a crescer proporcionalmente à riqueza, aumentando o que se denominava de “mendigos” e “indigentes”, ou seja, população em situação de rua como fruto da acumulação capitalista.

O processo denominado por Marx de acumulação primitiva do capital pode ser descrito como um processo que exigiu várias determinações, sendo o “trabalhador livre” uma delas, que só foi possível com a dissolução do modo de produção feudal. Países da Europa, como a Inglaterra, nos séculos XV e começo do século XVI, iniciando a sequência

de transformações econômicas, sociais e políticas que garantiram a sustentação do livre comércio e, posteriormente, o surgimento das primeiras fábricas. Logo, esse é o nosso ponto de partida para as análises propostas.

Nesse contexto – das cidades industriais inglesas – a população em situação de rua fica posta em evidência, dentro de uma sociedade pautada no princípio da individualidade, em que cada sujeito é responsável por si e tendo a obrigação do sustento das suas necessidades básicas de sua família pagas em dinheiro. Assim, os trabalhadores sem condições de suprir essas necessidades passam a ocupar os espaços públicos. E as ruas passam a funcionar como moradia para os miseráveis, os ladrões, as vítimas da prostituição, os órfãos, os velhos, as viúvas e os imigrantes (ENGELS, 2008).

Segundo Silva (2006, p. 75), esta transição entre o feudalismo e capitalismo, a fase de acumulação primitiva de capitais e de preponderância do capital mercantil sobre a produção, com o camponês perdendo sua propriedade e tendo que vender sua força de trabalho nas indústrias na cidade, isto é, na expropriação dos produtores rurais e camponeses e a sua transformação em assalariados, a chamada acumulação primitiva e da indústria nascente foi à base do fenômeno chamado população em situação de rua.

Esta surge no seio do pauperismo generalizado vivenciado pela Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições históricas necessárias à produção capitalista. Com a industrialização e a urbanização, o número de pessoas nas ruas da Europa aumentou com a presença dos camponeses(as) obrigados(as) ao êxodo e à situação de rua que se tornou cada vez mais uma questão urbana, distinta da pobreza no campo.

No contexto do Brasil, no país-colônia, especificamente, a transição do sistema escravocrata para o capitalismo se assemelhou ao caso da Europa, mantendo as violências sistêmicas caracterizadoras do outro regime e o processo de empobrecimento e o aumento da população de rua.

O surgimento da população em situação de rua segue a mesma lógica baseado nas particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro, marcado por uma urbanização acelerada. Segundo Silva (2009), a expansão da superpopulação relativa, particularmente em sua forma flutuante, devido à redução de postos de trabalho na indústria e do pauperismo ajuda a explicar a expansão do fenômeno no país.

Silva (2009) ressalta que, no período entre 1930, na passagem das atividades econômicas de bases agroexportadoras para um padrão de acumulação produtiva e na constituição de um exército industrial de reserva, nas cidades brasileiras parte da população de origem rural fica ociosa. Fenômeno intensificado na primeira metade do século XX com o êxodo rural e com o processo migratório, impulsionado pelo crescimento industrial. Com o intensificado processo de industrialização do país, principalmente entre as décadas de 1950 e 1980, intensifica-se o processo de urbanização desordenado e excludente e a população de rua, e não somente nas grandes metrópoles.

Com o processo de redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal de 1988, direitos foram assegurados a todos os indivíduos sem distinção perante a lei, mas a população em situação de rua, apenas em 2004 tem assegurada as primeiras iniciativas específicas de promoção de direitos em âmbito nacional através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essa última foi alterada pela primeira vez através da lei nº 11.258/05 em seu parágrafo único que obrigava a criação de programas de proteção sociais direcionadas a PSR. Assim, reafirmava o dever do Estado com essa população (BRASIL, 2011).

Na Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua¹, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 71 cidades do país (23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes), 31.922 pessoas, maiores de 18 anos, foram identificadas em situação de rua. Nessa condição, foram consideradas tanto as pessoas que pernoitam em instituições como albergues e casas de passagem, como as que se localizam nas calçadas, praças, rodovias, lugares abandonados, becos e outros (Brasil, 2009).

Diante de tal situação, esse trabalho analisa as produções acadêmicas sobre População em Situação de Rua, adotando como fontes de dados os anais produzidos nas 6^a, 7^a e 8^a edições da Jornada de Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), que compreende respectivamente os períodos de 2013, 2015 e 2017. Tendo como objetivos: 1) identificar as principais denominações, conceitos, caracterização de indivíduos em situação de rua; como 2) verificar quais temáticas estavam presentes nas produções e 3) quais, em maior incidência, envolvem o tema população em situação de rua.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Procedimentos Metodológicos

Quanto aos procedimentos metodológicos, se configura como uma pesquisa bibliográfica, onde se optou pela análise a partir do Estado da Arte, tomando por pressupostos as dimensões quantitativas e qualitativas de análise. Segundo Minayo (2004), a pesquisa qualitativa propicia a realização de leituras que possibilitam levantar elementos para análise, discussão e diálogos entre autores que discutem as temáticas que perpassam o objeto deste estudo. E utiliza a pesquisa bibliográfica e análise dos dados objetivos em relação à incidência significativa das temáticas nos anais da Jornada de Internacional de Políticas Públicas (JOINPP).

O levantamento das produções teve como fonte de dados o meio eletrônico² disponibilizado pela JOINPP. A pesquisa apresentou um recorte temporal nas edições

1. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf

2. <https://www.joinpp.ufma.br/>

2013, 2015 e 2017.

Na pesquisa, primeiramente se constatou uma unidade investigativa correspondente a um universo de 3.946 publicações. Em um segundo momento, foi escolhido os artigos que abarcavam a temática sobre população em situação de rua através de palavras chaves no filtro de busca como: “pessoa em situação de rua”, “centro pop”, “morador de rua” em combinações entre essas.

Por se tratar da produção do conhecimento, a metodologia “Estado da Arte” se constituiu como mais apropriada à apresentação dos dados dos 18 artigos encontrados, de modo a permitir inventariar, mapear e apontar as possíveis tendências que medeiam à produção do material dos anais.

2.2 População em situação de Rua: breves considerações

Do material coletado nos artigos analisados, foi verificado que as nomenclaturas utilizadas para elencar as pessoas em situação de rua perpassam do mendigo ao excluído social, do marginal ao trabalhador precário.

Denominações que foram construídas historicamente e refletem a conjuntura em que foram produzidas, mas que reaparecem cheias de significados diversos, ora reforçando preconceitos, ora como tentativas de compreender de forma mais politicamente correta o fenômeno população em situação de rua.

Portanto, conceituar as pessoas que vivem nos espaços da rua diante de sua heterogeneidade e complexidade não é tarefa fácil. Ressaltamos neste estudo que, não existe uma definição unívoca, porém, para fins instrumentais e de pesquisa, utilizaremos o conceito utilizado na Política Nacional para a População em Situação de Rua que considera,

[...] população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, p.01).

Essa denominação de Pessoa ou População em Situação de Rua será adotada ao longo desse trabalho, pois concordamos com a reflexão de Silva (2009) ao afirmar que, esse termo rompe com a ideia pejorativa atribuída a esse segmento populacional, pois que essa denominação permite inferir uma condição passageira, e não definitiva ou permanente.

Quanto à caracterização, Silva (2009) aponta que, o fenômeno população em situação de rua pode ser caracterizado por diversos aspectos, entre eles as múltiplas determinações; uma expressão da questão social na contemporaneidade; a localização nos grandes centros urbanos; o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno; as particularidades

vinculadas ao território em que se manifesta, e por fim, a tendência à naturalização do fenômeno.

As múltiplas determinações perpassam a questão da moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas; os fatores biográficos como a dependência química de álcool e outras drogas, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, migração,. Além dos desastres de massa e/ou naturais como enchentes, incêndios, terremoto, rupturas de barragens entre outros (SILVA, 2009).

E a “questão social”, analisada a partir de uma perspectiva crítica, pode ser compreendida como reveladora das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais em que vive a classe trabalhadora na sociedade capitalista e de suas lutas por transformações sociais.

2.3 Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) e a produção sobre População em Situação de Rua (PSR)

A JOINPP é um evento científico que ocorre a cada dois anos, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, com caráter interdisciplinar e interdepartamental. A primeira edição do evento ocorreu no ano de 2003 com o objetivo básico de estimular a produção do conhecimento, a formação de recursos humanos e democratizar a informação através de debates e experiências entre instituições e pesquisadores na área das políticas sociais em nível nacional e internacional, dessa forma, se tornou um espaço importante para o serviço social.

As edições analisadas formam a sexta edição que ocorreu em 2013 com o tema: “O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, dominação e a humilhação”, a qual teve 1.275 trabalhos inscritos; a sétima edição ocorreu em 2015, trouxe como reflexão “Para além da crise global: experiências e antecipações concretas” que teve 1.436 trabalhos aprovados e por fim 8ª edição a qual abordou de “1917 – 2017 Um Século de Reforma e Revolução” como tema, e foram aprovados 1.235 trabalhos.

Para realização das análises dos dados partimos do quadro 01, o qual mostra que, entre os 18 artigos encontrados 22,2% foram publicados em 2013; 50% em 2015 e 27,8% em 2017.

A jornada não é um evento específico do serviço social, porém, dentre os 18 achados, apenas 02 não eram específicos do Serviço Social, o que corrobora com a pesquisa de Silva (2012) sobre a produção do conhecimento de pessoas adultas em situação de rua, a qual afirma que o Serviço Social foi a categoria profissional que mais produziu sobre PSR.

Outro dado importante a se levar em consideração, é que esse evento tem foco nas políticas públicas e se vincula a um programa interdisciplinar na área das ciências sociais, o que atrai as demais profissões do campo das ciências sociais e políticas públicas, no

entanto, possui grande visibilidade para a categoria do serviço social.

Nº	Ano	Título	Área
1	2013	A ATENÇÃO SOCIAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: desafios à política de Assistência Social	Serviço Social
2	2013	DIREITO À CIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	Serviço Social
3	2013	AS MORADORAS DE RUA ENTRAM EM CENA: a violência contra a mulher moradora de rua como uma das expressões da questão social	Serviço Social
4	2013	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: entre o retrato do arcaico e o som do moderno	Serviço Social
5	2015	A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A POLÍTICA PARA POPULAÇÃO DE RUA EM TERESINA-PI	Serviço Social
6	2015	TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: Repercussões sobre o fenômeno da população em situação de rua	Serviço Social
7	2015	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS NO CONTEXTO DO SUAS: Uma análise sobre o centro de referência especializado para população em situação de rua – centro pop no município de São Luís/MA	Serviço Social
8	2015	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS PÚBLICAS: Construindo uma proposta de potencialização dos sujeitos	Psicologia
9	2015	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS PÚBLICAS: Os limites à efetivação dos direitos na cidade de Manaus	Serviço Social
10	2015	SITUAÇÃO DE RUA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - UMA PROPOSTA DE ANÁLISE PELA ÓTICA DA IDENTIDADE SOCIAL	Serviço Social
11	2015	UMA ANÁLISE SOBRE O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE BELÉM/ PA: Problematizações acerca do serviço de acolhimento institucional	Multiprofissional
12	2015	EXPLORAÇÃO SEXUAL E COMERCIAL DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: Uma situação de desfiliação social	Serviço Social
13	2015	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A violência contra a mulher em situação de rua como expressão da questão social	Serviço Social
14	2017	TRABALHO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: Uma análise à luz da questão social	Serviço Social
15	2017	CENTRO DE REFERÊNCIA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP): Como funciona?	Serviço Social
16	2017	PERCURSOS, VIVÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS ESPAÇOS URBANOS EM MARACANA/CEARÁ.	Serviço Social
17	2017	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O ACESSO A DIREITOS: Uma análise acerca das Políticas de Saúde e de Assistência Social e seus rebatimentos no Fenômeno População em Situação de Rua?	Serviço Social
18	2017	CONTOS DA VIDA REAL: Um estudo sobre a mulher em situação de rua, em Teresina-PI	Serviço Social

Quadro 1 – Apresentação dos artigos da JOINPP 2013–2017 sobre População em Situação de Rua

Quanto à visibilidade do tema da População em Situação de Rua, nas publicações analisadas se observa a incidência da temática a partir dos títulos para facilitar a busca pelas informações sobre esse segmento populacional.

Identificamos que não houve variâncias entre as denominações atribuídas às pessoas que vivem nas ruas. Identificou-se apenas um artigo (03) que utiliza o termo “morador de rua”. Sobre este dado, segundo Escorel (2000), existem diferenças ao utilizar esses termos, pois tal distinção consiste na existência de um grupo cuja condição é irreversível, quando o termo população em situação de rua remete a uma situação transitória que tem a rua, de uma forma geral, como um endereço dentre os diversos durante toda a vida.

Giorgetti (2006), também utiliza o termo “moradores de rua”, pois parece ser mais apropriado ao estudo que realizou sob a relação da PSR e questão social a partir dos conceitos sociológicos de marginalidade, exclusão social e desigualdades nos quais situam o problema, mas trazendo como referência os espaços de São Paulo e de Paris.

A utilização desse conceito ocorre, pois para a autora, nem todas as situações nas quais se encontram os moradores de rua são reversíveis; sua afirmação é baseada no argumento de que não existem pesquisas suficientes que comprovem o contrário no contexto analisado.

Nº	Tema Central	Objetivo
1	Política de Assistência Social	Refletir sobre o tema da população adulta em situação de rua, a sua realidade no município do Rio de Janeiro e as ações empreendidas pela política de Assistência Social no contexto de desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social.
2	Habitação	Analisar o processo de violação do direito a moradia, no que se refere à população em situação de rua, ao confrontá-lo com a realidade do Brasil contemporâneo.
3	Gênero	Analisar as relações de gênero no segmento população em situação de rua e o contexto da violência contra a mulher moradora de rua.
4	Trabalho	Destacar a convivência dos principais aspectos do arcaico e do moderno no cotidiano das pessoas em situação de rua no Brasil que passam despercebidos aos olhos da maioria da sociedade.
5	Política de Assistência Social	Apresentar e caracterizar a população em situação de rua e os serviços ofertados no município de Teresina (PI).
6	Trabalho	Analisar as transformações no mundo do trabalho no seio da sociedade capitalista e suas repercussões na origem e reprodução do fenômeno da população em situação de rua.
7	Política de Assistência Social (Centro Pop)	Refletir sobre os direitos socioassistenciais da População em Situação de Rua, a partir de uma análise sobre o trabalho desenvolvido no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP de São Luís/MA.).
8	Política de Assistência Social (Centro Pop)	Relata uma Investigação-Ação-Participante no Centro de POP em Parnamirim/RN, através de análise diagnóstica e propor intervenção.

9	Política de Assistência Social	Analisar uma das expressões mais extremas da questão social na contemporaneidade, a saber, pessoas em situação de rua e a relação deste segmento com as Políticas Públicas.
10	Crianças e adolescentes	Analisar da situação de rua de crianças e adolescentes pela ótica da identidade social destes sujeitos, construída frente à vivência cotidiana da pobreza em suas múltiplas dimensões.
11	Política de Assistência Social (Acolhimento institucional)	Apresentar e lançar operadores analíticos sobre o atendimento às pessoas adultas em situação de rua no município de Belém/PA, especificamente, dentro da modalidade acolhimento institucional, que integra a Proteção Social Especial de Alta Complexidade.
12	Criança e Adolescente (Exploração sexual)	Problematizar diversas situações de vulnerabilidade e risco frequentemente associadas à Exploração Sexual, dando ênfase a uma reflexão sobre conceitos de pobreza, desigualdade e “exclusão social”.
13	Gênero	Fazer um breve histórico sobre a questão social e pautar a violência contra a mulher em situação de rua como uma das expressões da questão social nesse contexto de crise.
14	Trabalho	Discutir a temática: trabalho e população em situação de rua como uma expressão das desigualdades que se gesta no sistema capitalista.
15	Política de Assistência Social (Centro Pop)	Apresentar considerações acerca do Centro de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua visando salientar os serviços prestados por esse equipamento público de acordo com algumas normativas vigentes, os quais se encontram delineado na Política de Assistência Social.
16	Política de Assistência Social (Centro Pop)	Analisar a realidade da população em situação de rua, apontando as violações dos direitos vivenciadas nos espaços urbanos de Maracanaú, cidade situada na Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará.
17	Política de Assistência Social (intersetorialidade)	Discutir acerca das consequências do modo de produção capitalista no fenômeno “população em situação de rua” e sua relação com as políticas de saúde e assistência social.
18	Política de Assistência Social (Centro Pop)	Identificar e analisar as percepções que as mulheres nessa situação têm sobre a sua condição e os principais desafios que elas enfrentam nesse espaço.

Quadro 2 – Apresentação do tema central e objetivo dos artigos analisados nos anais do JOINPP.

Fonte: Primária, 2019.

A análise dos dados, como explicitado no quadro 02, evidencia que, 55,6% dos temas encontrados nos objetivos estão vinculados à Política de Assistência Social, com foco nos serviços do Centro Especializados de Referência para a População em Situação de Rua (CENTRO POP) e Acolhimento Institucional.

Esse destaque está vinculado aos avanços da garantia de direitos e da proteção social no âmbito da Política de Assistência Social, através da Política Nacional de Assistência Social e da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), política que estrutura os serviços especializados para essa população através da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, a saber: o serviço especializado para pessoas em situação de rua, o serviço especializado em abordagem social, o serviço de acolhimento institucional (para famílias e indivíduos em situação de rua) e o serviço de acolhimento em repúblicas (BRASIL, 2011).

Na pesquisa, se observa que, o tema trabalho é o segundo mais pesquisado, com

16,6% dos artigos publicados, onde se percebe que estes artigos analisados seguem a mesma linha utilizada na pesquisa de mestrado de Silva, intitulada “Mudanças recentes no mundo do trabalho e fenômeno população em situação de rua no Brasil: 1995-2005”, que posteriormente foi lançada como livro, com o título “Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil”.

O trabalho sendo compreendido como:

[...] atividade do processo de produção social dos meios de vida dos seres humanos, como um elemento estruturante da sociabilidade humana e um distintivo dos seres humanos, é um em relação aos demais seres, sendo central na formação de sua consciência e na determinação do seu modo de vida (SILVA, 2009, p.40).

Deste modo, essa visão relacionando a população em situação de rua como resultante do modo de produção capitalista, ou seja, como parte da população trabalhadora excedente, é predominante no Serviço Social, entretanto, reafirmamos que ela não é unívoca.

Conforme identificamos nos estudos de Snow e Anderson (1998), que consideram não ser adequado homogeneizar os motivos que levam as pessoas a se tornarem pessoas em situação de rua, pois acreditam que algumas pessoas se tornam moradoras de rua devido a desastres de massa, como terremotos, inundações ou furacões.

Outros podem estar relacionados à motivos políticos, econômicos, doenças, estilo de vida, a exemplo dos andarilhos. Cada grupo vivencia a situação de rua diversamente, mas a origem dessa experiência, muitas vezes, vai além da relação econômica iniciada com o processo de acumulação capitalista.

Ao analisarmos estudos no campo da sociologia, psicologia e antropologia, teremos uma maior dimensão desse processo. Temas como a questão de gênero 11,1%, o segmento criança e adolescente 11,1% e habitação 5,6%, também apareceram relacionados à população em situação de rua, mas não caracterizada ou conceituada, pois apenas como uma condição específica dos temas centrais, mas trazendo as violações de direitos que esse segmento enfrenta.

Na pesquisa dos artigos analisados, o foco se volta a refletir, problematizar, analisar e relatar as possibilidades de enfrentamento dessa expressão da “questão social”, levando a entender que, apesar de possuir garantias constitucionais através de políticas públicas e sociais, na prática, essas medidas são insuficientes para intervir na realidade dessas pessoas.

Pois inexistem dados mais precisos, um censo nacional mais seguro que possibilite saber a proporção real das pessoas em situação de rua. Apenas a cidade de São Paulo vem, periodicamente, tentando quantificar e conhecer melhor esse segmento da população através de um censo. Vale ressaltar que, com a implantação dos Centros Pops, se pode identificar a presença de 158 unidades³ desse equipamento em todo o país, e nestes,

3. Dados do Censo SUAS 2017, o último encontra-se disponibilizado na plataforma do SAGI do Ministério da Cidadania através do link <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/portal-censo/>

perceber a presença de população em situação de rua em cidades de pequeno e grande porte, diferentemente do cenário dos anos 1990, onde essa população era centralizada nas grandes metrópoles.

Desse modo, os temas e objetivos encontrados na pesquisa expressam um conjunto de categorias que possuem um referencial teórico vasto e difícil de ser analisado pela complexidade de orientações e perspectivas teóricas envolvidas nas abordagens acerca desse fenômeno na atualidade nos artigos investigados.

3 | CONCLUSÃO

O estudo reafirma as tendências das produções de Silva (2012) e de Ouriques (2016), onde o Serviço Social tem sido a área de conhecimento que mais tem produzido sobre população em situação de rua no campo das Ciências Sociais e no que se refere ao entendimento na totalidade.

Com a implantação dos serviços de saúde, a exemplo do Consultório na rua e Consultório de rua, existe uma vasta literatura no campo da saúde, mas que não foi abordado nesse artigo que preconizou apenas as publicações de um evento específico.

É notório que, a implantação dos serviços específicos para a população em situação de rua, a partir dos anos 2009, resultou na inserção de vários profissionais no campo da assistência através dos Centros Pops que tem em seus quadros Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Educadores Sociais, Terapeutas Ocupacionais, Advogados, Sociólogos, Antropólogos, entre outros.

E que no campo da saúde, os consultórios “de” ou “na” rua, ocorreu à inserção de Assistentes Sociais, Psicólogos, Médicos, Enfermeiros, Técnicos de enfermagem, Terapeutas ocupacionais, Técnicos em saúde bucal, Cirurgião-dentista, Profissionais/ Professores de Educação Física, entre outros.

Essa inserção de profissionais com a população em situação de rua, nos serviços específicos, passou a dar visibilidade a esse público no campo acadêmico, através de publicações de suas práticas, particularmente da formação profissional desses pesquisadores, que nos artigos analisados expressaram a forma de visualização desse segmento populacional.

As análises partiram de uma abordagem de indivíduos em situação de rua como uma de suas expressões da “questão social”. As principais temáticas de análise apresentadas tem origem na fundamentação teórica das políticas sociais, especificamente, a política de assistência social e “questão social”, proteção social, reestruturação produtiva e a categoria trabalho, partindo dos aportes da teoria marxista - abordagem desenvolvida com base na apreciação da teoria social crítica que permite a percepção da realidade a partir da historicidade e da dialética.

Apesar do predomínio desse argumento ressaltamos que, a compreensão da

população em situação de rua, como implicando múltiplas determinações e não se concentrando apenas na questão da ausência de trabalho e renda, demanda conhecimentos das abordagens da antropologia e da sociologia como ampliação de nossas concepções de políticas e do público de população em situação de rua como tão heterogêneo.

No geral, este trabalho indica uma necessidade de conhecer as pessoas em situação de rua do nosso país e, principalmente, da elaboração de censos para possibilitar maior conhecimento dos perfis dessa população que ocupam as ruas, seja de maneira circunstancial, ou permanente não apenas nas grandes metrópoles do país, mas em todos os estados e municípios do território nacional.

Pois a população em situação de rua está exposta a violação de direitos ou de repressão do Estado e se encontra invisível em sua realidade para os pesquisadores e, conseqüentemente, para as políticas de proteção, mas expostas às concepções superficiais e preconceituosas que reforçam discriminação e exclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 24 dez. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e População em Situação de Rua.** Volume 3. Brasília, 2011.

ENGELS, FREDERICH. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Tradução B.A. Shumann. São Paulo. Boitempo 2008 [1845].

ESCOREL, Soraya. **Rua e movimento: vivendo em público na eternidade do transitório.** In: Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: Fapesp, Educ, 2006.

MINAYO, Mara Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

OURIQUES, Ciberen Quadros. **A Pedra Angular: Fundamentos utilizados pelo Serviço Social sobre a População em Situação de Rua.** Tese – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, SC, 2016.

SILVA, Cláudia Lúcia da Silva. **Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica?** Dissertação (Mestrado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais). São Paulo: PUCSP, 2012.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.** 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** 1ª ed. São Paulo. Cortez, 2009.

SNOW, David; ANDERSON, Leon, **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**, Trad. de Sandra Vasconcelos. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

STOFFELS, Marie Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 91, 94, 97, 98, 104, 111, 113, 115

Acumulação 1, 2, 3, 4, 6, 22, 30, 58, 59, 60, 108, 109, 116, 123, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Adolescentes 64, 113, 115, 181, 187

Assistência Social 7, 15, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 78, 80, 82, 83, 96, 107, 110, 113, 114, 115, 117, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 158, 159, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 193, 197, 198, 200

B

Benefício 48, 49, 82, 90, 164, 166, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

Bolsa Família 72, 73, 80, 81, 82, 158, 159, 164, 165, 168, 169, 182, 183

C

Capitalismo 1, 2, 4, 6, 7, 23, 32, 50, 59, 75, 76, 77, 109, 121, 123, 159, 166, 169, 177, 192

Capitalista 2, 3, 5, 6, 13, 21, 22, 23, 26, 30, 31, 32, 38, 47, 53, 58, 59, 82, 93, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 121, 123, 126, 160, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 192, 193

Conselho 12, 18, 33, 38, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 99, 136, 138, 141, 143, 146, 173, 192, 193, 199

Controle Social 8, 9, 11, 12, 15, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 136, 137, 142, 145, 147, 163, 165

D

Deficiência 64, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Desigualdade Social 7, 14, 43, 59, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 120, 166, 175

Direito 4, 7, 8, 13, 17, 39, 44, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 68, 70, 71, 75, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 94, 102, 105, 113, 114, 125, 138, 148, 154, 156, 160, 161, 163, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 186, 187, 189, 191, 194

Direitos 3, 7, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 37, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 121, 122, 132, 137, 140, 142, 144, 154, 156, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 188, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 200

E

Educação 8, 11, 13, 16, 18, 36, 42, 43, 80, 81, 82, 85, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 105, 117, 122, 164, 166, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Estado 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 25, 26, 30, 31, 32, 41, 42, 50, 57, 63, 64, 68, 69, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 93, 97, 98, 100, 101, 102, 107, 108, 110, 111, 118, 121, 125, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 147, 159, 160, 161, 163, 167, 168, 169, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 193, 194, 197, 198

Estigma 43, 46, 128, 129, 130, 132, 134, 135

Europa 1, 2, 4, 57, 58, 76, 85, 87, 89, 90, 108, 109

J

Jornal 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

L

Lixo 9, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

M

Mulher 56, 58, 113, 114, 115, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 149

N

Negra 57, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Negro 42, 52, 55, 57, 58, 60, 122, 123, 124, 127, 129, 133

O

Objetificação 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Organizações da Sociedade Civil 67, 136, 137, 138, 145, 146

P

Participação 11, 15, 16, 28, 38, 50, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 80, 137, 139, 142, 143, 144, 145, 150, 160, 161, 163, 176, 180, 185, 187

Periferia 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Pessoa com Deficiência 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 194

Planejamento 14, 17, 78, 82, 83, 100, 136, 140, 141, 142, 143, 145, 146

Política Social 28, 39, 64, 83, 136, 158, 160, 163, 165, 168, 169, 192, 198, 200

Políticas Públicas 9, 14, 15, 18, 23, 30, 32, 38, 39, 48, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 78, 80, 107, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 138, 141, 143, 145, 147, 176, 197, 200

Políticas Sociais 15, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 82, 104, 112, 117, 118, 120, 138, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 178, 181, 192, 200

População 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 21, 35, 36, 41, 42, 43, 44, 47, 64, 65, 69, 70, 74, 77, 79, 80, 81, 96, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 132, 133, 142, 143, 145, 149, 163, 165, 168, 173, 174, 175, 176, 194

Popular 22, 27, 28, 29, 32, 38, 60, 62, 65, 66, 67, 68, 88, 160, 163

Previdência Social 63, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 163, 164, 178, 179, 180, 181, 200

Q

Questão Agrária 1, 2, 6

Questão Social 2, 6, 26, 52, 56, 60, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 91, 93, 95, 96, 104, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 141, 142, 158, 159, 160, 161, 163, 167, 177, 192, 193

Questão Urbana 19, 20, 21, 22, 27, 30, 31, 109

R

Racismo 52, 55, 56, 57, 58, 59, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132

Refugiados 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Refúgio 52, 54, 57, 58, 60, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 105

Rua 24, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 173

S

Saneamento 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 148, 151

Seguridade Social 63, 64, 65, 77, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 169, 178, 179, 181, 200

Serviço Social 6, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 28, 39, 43, 51, 60, 70, 71, 84, 94, 95, 107, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 127, 128, 136, 145, 146, 150, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 189, 190, 195, 200

Sexualização 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Sociedade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 13, 16, 21, 22, 23, 30, 31, 47, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 75, 82, 91, 92, 93, 108, 109, 111, 112, 114, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 146, 150, 157, 159, 160, 162, 163, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 198

T

Trabalho 1, 2, 3, 5, 6, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 69, 74, 75, 76, 79, 84, 89, 93, 94, 95, 96, 100, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 195, 197

U

Universidade 1, 17, 19, 28, 38, 39, 51, 52, 62, 84, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 118, 120, 128, 148, 153, 156, 158, 177, 178, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020